

O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: desafios, especificidades e comunalidades

Portugal A. M.¹ & Alberto I. M.².

Resumo: O presente artigo tem como objectivo reflectir sobre o papel da comunicação parento-filial para o exercício da parentalidade, atendendo aos múltiplos desafios, especificidades e comunalidades familiares. A revisão teórica da literatura destaca a efectividade desta relação: comunicação e parentalidade, suportando-se no Modelo da Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1993), surgindo este como ferramenta importante na compreensão da relação entres os dois conceitos. A grande parte dos estudos centra-se na análise da comunicação parental com adolescentes revelando, como principal resultado, que estes mantêm uma comunicação de maior abertura com as mães. Os resultados sugerem ainda que a comunicação está na base da definição das relações pais-filhos, seja em famílias intactas, seja em famílias consideradas de risco pelas suas características estruturais e/ou sociais, verificando-se que a qualidade comunicacional medeia a gestão de conflitos.

Palavras-Chave: Parentalidade; Comunicação; Modelo da Pragmática da Comunicação Humana; Ciclo Vital da Família.

Abstract: The purpose of this paper is to reflect about parent-child communication's role on parenting exercise, given the multiple family challenges, specificities and commonalities. A theoretical review of the literature highlights the effectiveness of this relationship: communication and parenting, supporting on the Pragmatics of Human Communication Model (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1993), which emerges as an important tool to understand the relationship between this two concepts. Most studies focus on parent-adolescent communication analysis revealing, as main result, that adolescents maintain a more open communication with mothers. The findings also suggest that communication is the basis for defining parent-child relationships, whether

¹ Doutoranda do Programa Inter-universitário em psicologia Clínica – Psicologia da Família e Intervenção Familiar, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação das Universidades de Coimbra e Lisboa.

² Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar .

in intact families or in risk families by its structural and/or social features, verifying that the quality of communication mediates the conflict management.

Key-Words: Parenting; Communication; Pragmatics of Human Communication Model; Family Lifespan.

Nenhum pensamento é imune à sua comunicação, e basta já expressá-lo num falso lugar e num falso acordo para minar a sua verdade
Adorno in *Mínima Moral*

A parentalidade é um poderoso gerador de crescimento. Dá-nos a oportunidade de refinar e expressar quem somos, aprender o que poderemos ser, tornar-nos diferentes.

Guttman (in Demick, 2002)

Alguns autores equivalem o exercício da parentalidade a um trabalho/profissão (Bornstein, 2002), outros entendem-no como fulcral e necessário para o crescimento e desenvolvimento familiar (Alarcão, 2006; Bradt, 1995; Relvas, 1996). Na nossa perspectiva, o exercício da parentalidade, com os seus multidesafios, regularidades e singularidades, representa um modelo de funcionamento familiar caracterizado pela experiência emocional (Dix, 1991) e por funções executivas específicas (Alarcão, 2006). Tratando-se este de um constructo multidimensional (Park, 2002), a comunicação entre pais e filhos torna-se um conceito essencial para a compreensão das dinâmicas relacionais que se processam ao nível do exercício da parentalidade (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Watzlawick, Beavin & Jackson, 1993).

Com o objectivo de caracterizar a relação comunicação/parentalidade começaremos por reflectir sobre as particularidades do conceito de família e do subsistema parental partindo, depois, para a análise da comunicação atendendo às etapas do ciclo vital. Abordaremos de seguida, o papel da dimensão comunicacional em situações que, pelas suas características e especificidades, poderão dificultar o exercício da parentalidade.

Sistema Familiar e Parentalidade(s)

Apesar da dificuldade em delimitar o conceito de família, a perspectiva sistémica fornece uma leitura útil, quer para a avaliação quer para a intervenção, conceptualizando-a como “um sistema, um todo, uma globalidade” (Relvas, 1996, p.12), dentro da qual se geram relações e emoções independentes de vínculos biológicos (Alarcão, 2006). O sistema familiar caracteriza-se por: a) estar em constante transformação, b) ser activo e auto-regulado, c) estar aberto à interacção com outros subsistemas e, d) se organizar numa hierarquia sistémica (Alarcão, 2006; Andolfi, 1981; Relvas, 1996, 1999).

A noção de hierarquização sistémica implica uma organização familiar na qual se definem relações entre diferentes unidades conhecidas por subsistemas familiares: individual, conjugal, parental, filial e fraternal (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Estes subsistemas delineiam papéis, estatutos e funções diferenciadas com o objectivo de

responder às expectativas sociais e aos processos desenvolvimentais familiares e individuais (Relvas, 1996). É neste enquadramento organizacional que surge o exercício da parentalidade que se entende pelo “modelo de funcionamento que pressupõe o desempenho das funções executivas, como protecção, educação, integração na cultura familiar (...) resulta sempre da reelaboração dos modelos de parentalidade construídos na(s) família(s) de origem” (Alarcão, 2006, p.353).

Podemos caracterizar o exercício da parentalidade a partir de quatro grandes funções legalmente reconhecidas (Taborda Simões, Martins, & Formosinho, 2006), designadamente: a) o exercício da autoridade, b) a promoção da socialização e individualização, e c) a afectividade associada à prestação de cuidados e à qualidade da vinculação.

O exercício da autoridade diz respeito ao desempenho da função executiva, mediado pelos estilos e práticas parentais (Baumrind, 2005). Cabe aos pais a função de estabelecer regras, normas e limites, no sentido de promover uma saudável adaptação e ajustamento da criança ao contexto social e moral (Alarcão 2006; Herbert, 2004; Relvas, 1996). Inerente a esta tarefa está a promoção da autonomia com vista a facilitar a emancipação da criança no contexto social (Relvas & Alarcão, 2002). Para tal, é necessária uma preparação para os desafios e exigências com os quais a criança, mais tarde ou mais cedo, se confrontará. Os cuidados afectivos são outra tarefa central do exercício da parentalidade, associados à vinculação e à afectividade positiva (Cummings & Cummings, 2002; Herbert, 2004).

A comunicação parento-filial parece assumir um papel central para o exercício daquelas que são as funções inerentes à parentalidade (Alarcão, 2006; Gameiro, 1994; Watzlawick et al, 1993), especialmente entre pais e filhos adolescentes. Esta fase do ciclo vital, em específico, tem sido alvo de interesse e investigação pela comunidade científica, registando-se os estudos que conferem à comunicação o papel de gestora relacional entre pais e filhos (Barnes & Olson, 1985; Jackson, Bijstra, Oostra & Bosma, 1998).

Explanadas as funções inerentes ao exercício da parentalidade, assim como, o papel central da dimensão comunicacional para o desempenho parental, reflectiremos de seguida sobre o constructo multidimensional que é a comunicação, enquadrada no contexto familiar.

A Comunicação no Sistema Familiar

Considerada uma “condição *sine qua non* da vida humana e da ordem social” (Watzlawick et al., 1993, p.13), a comunicação trata de um processo de transmissão de informação, seja numa dimensão biológica, tecnológica ou social, que integra diferentes contextos, realidades e sociedades/culturas (Alarcão, 2006; Barker, 1987; Fiske, 2005; Hoffman, Glynn, Huges, Sietman & Thomson, 2007; Watzlawick et al., 1993).

Este constructo multidimensional tem vindo a ser alvo de interesse crescente na comunidade científica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX (Fiske, 2005). Registam-se os importantes contributos de um conjunto de investigadores do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, nomeadamente, Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1993).

O trabalho desenvolvido por esta escola está na base de um dos modelos, de cariz sistémico, nucleares para a compreensão da comunicação familiar: o modelo da pragmática da comunicação humana (Watzlawick et al., 1993). Este modelo sublinha a necessidade de compreensão dos efeitos que a comunicação tem sobre os outros e, conseqüentemente, sobre quem comunica. O objectivo centra-se na transferência do foco no indivíduo “para as relações entre as partes de um sistema muito mais vasto” (Watzlawick et al., 1993, p.18). Afinal, são as relações que conferem um carácter dinâmico a um sistema, confirmando o princípio de Jackson (1965) de que “o todo é mais do que a soma das suas partes” (*in* Alarcão, 2006, p.39).

O modelo da pragmática da comunicação humana explica o processo comunicacional com base em cinco proposições relativas aos aspectos funcionais da comunicação (Watzlawick et al., 1993) (Ver Tabela I). A estes axiomas corresponde uma série de possibilidades de fuga ao compromisso comunicacional (Alarcão, 2006) que poderão estar na base de alguns dilemas perturbadores da comunicação (Watzlawick et al., 1993).

Tabela I

Quadro-síntese dos Axiomas da Comunicação Humana (Watzlawick et al., 1993; Alarcão, 2006)

Axioma	Princípio(s)	Distorções comunicacionais
<i>É impossível não comunicar</i>	Todo o comportamento é comunicação e toda a comunicação afecta o comportamento. Não existe forma de não expressar comunicação.	Rejeição da comunicação; Aceitação da comunicação; Sintoma como comunicação; Desqualificação.
<i>Toda a comunicação tem dois níveis:</i>	A relação estabelecida entre os comunicantes classifica o conteúdo da comunicação.	Confusão entre conteúdo e relação; Rejeição clara do conteúdo;

<i>conteúdo e relação</i>		Desconfirmação.
<i>A comunicação varia consoante a pontuação da sequência de eventos</i>	A forma como pontuamos os eventos comportamentais molda o <i>feedback</i> que daí surge.	Discrepância na pontuação (por parte do emissor e do receptor).
<i>A comunicação tem uma vertente digital e uma vertente analógica</i>	Comunicação <u>digital</u> : mais precisa e impermeável às emoções/sentimentos. Comunicação <u>analógica</u> : menos precisa, permite interpretações mais pessoais do conteúdo.	Erros de tradução.
<i>A comunicação rege-se por dois tipos de interacção: simetria ou complementaridade</i>	<u>Simetria</u> : minimizam-se diferenças e amplificam-se semelhanças. <u>Complementaridade</u> : minimizam-se as semelhanças e amplificam-se as diferenças.	Escalada simétrica; Complementaridade rígida.

O primeiro axioma da comunicação postula que é **impossível não comunicar** (Watzlawick et al., 1993), pois todo o comportamento é comunicação logo, não existe uma forma de não se comunicar. Tudo o que se diz, ou não se diz, tudo o que se faz, ou não se faz, tem intenção comunicacional. Depreende-se, assim, a equivalência de dois conceitos, aparentemente distintos: comunicação e comportamento (Watzlawick et al., 1993). Os autores consideram que comunicar é um acto sem princípio nem fim, devido ao carácter circular que assume (Watzlawick et al., 1993), suportado pelo conceito de *feedback* ou retroacção que representa a ideia de que toda a informação regressa a quem a comunicou, por via da relação (Alarcão, 2006; Ausloos, 2003; Gameiro, 1992; Hoffman, 1995; Watzlawick et al., 1993). Dependendo do tipo de *feedback* que ocorrer numa comunicação poder-se-á manter a estabilidade do sistema (*feedback* negativo) ou levá-lo a uma regeneração/crescimento (*feedback* positivo) (Alarcão, 2006). O compromisso comunicacional pode ser evitado com recurso a diferentes estratégias: a) rejeição da comunicação (e.g. o pai não dá a atenção devida ao filho deixando-o falar sozinho); b) aceitação (e.g. alimentar uma conversa de forma monossilábica); c) formação do sintoma, como por exemplo o desenvolvimento de distúrbios mentais (Lewis, Rodnick & Goldstein, 1981; Stivers, 1988) e de comportamentos delinquentes (Davalos, Chavez & Guardiola, 2005); e d) desqualificação da comunicação (através da pobreza de conteúdo e/ou forma, invalida-se a própria comunicação ou a do outro). Esta última distorção parece estar associada ao desenvolvimento de uma menor competência social em crianças em idade escolar (Wichstrom, Holte, Husby & Wynne, 1994).

O segundo axioma refere que “**toda a comunicação tem dois níveis, conteúdo e relação**, sendo que o segundo classifica o primeiro e é, por isso, uma

metacomunicação” (Alarcão, 2006, p.70). As distorções correspondentes a esta proposição são: a) confusão entre conteúdo e relação (e.g. o adolescente e a mãe discutem sobre o horário de chegar a casa quando, na verdade, pretendem discutir o poder que têm na relação); b) rejeição clara e constante do conteúdo (necessidade de redefinição da relação demonstrada através da constante rejeição do que o outro transmite); e c) desconfirmação (mais do que a relação, é negada a existência do outro) (Alarcão, 2006). Eckstein (2004), ao estudar a agressividade filio-parental, demonstrou como este tipo de violência pode representar um exemplo de distorção deste axioma. Quando a comunicação se rigidifica, dando origem a distorções e mal-entendidos, a metacomunicação surge como estratégia central “determinando (e clarificando) como devem ser interpretados os comportamentos relacionais” (Alarcão, 2006, p.351).

O terceiro axioma refere-se à **comunicação** como **variando consoante a pontuação da sequência de eventos**, ou seja, “a *pontuação* organiza os eventos comportamentais e, portanto, é vital para as interações em curso” (Watzlawick et al., 1993, p.51). A distorção pode surgir quando se dá uma discrepância na pontuação entre o emissor e o receptor (Alarcão, 2006), isto é, quando a informação que circula é a mesma podendo ser interpretada de diferentes formas aumentando o grau de complexidade comunicacional. Este axioma é útil para a compreensão de algumas diferenças encontradas nos estudos que se debruçam sobre o exercício da coparentalidade: ambos os progenitores parecem pontuar a parentalidade diferenciadamente, facto que se reflecte numa dimensão prática (Gordon & Feldman, 2008).

O quarto axioma destaca que **a comunicação tem uma vertente digital e uma vertente analógica** (Alarcão, 2006; Watzlawick et al., 1993). Uma vez que a comunicação digital é mais precisa e impermeável às emoções/sentimentos, tendemos a utilizá-la para comunicar informação (ou seja, conteúdo). Por outro lado, a comunicação analógica permite-nos uma interpretação mais pessoal do conteúdo/informação que é transmitida digitalmente, estando ao nível da simbolização (Alarcão, 2006; Watzlawick et al., 1993). A distorção comunicacional pode ocorrer através dos erros de tradução que resultam da combinação da interpretação pessoal com o conteúdo da mensagem que se comunica (Alarcão, 2006).

Finalmente, o último axioma realça que **a comunicação tem dois tipos de interação: simétrica ou complementar**. Na interação simétrica os elementos de uma comunicação colocam-se ao mesmo nível, reflectindo assim os comportamentos uns dos

outros “minimizando as suas diferenças e amplificando as semelhanças comunicacionais” (Alarcão, 2006, p.76). A escalada simétrica é o resultado distorcido deste pressuposto, caracterizado pela rigidificação da postura, atitude e comunicação perante o outro (Alarcão, 2006; Eckstein, 2004). Na interacção complementar são promovidas e reforçadas as diferenças comunicacionais, no sentido em que um elemento complementa a comunicação do outro (e.g. relação entre mãe e filho bebé). O extremo desta dependência conduz a uma complementaridade rígida (e. g. a mãe trata o filho adolescente da mesma forma que tratava quando este era criança) (Alarcão, 2006).

De modo geral, as regras comunicacionais aqui identificadas permitem-nos inferir a qualidade relacional ao nível social e familiar. Posto isto, avançaremos para uma reflexão aprofundada sobre o papel da comunicação na parentalidade em função da etapa do ciclo vital.

A Comunicação na Parentalidade: Etapas do ciclo vital

O ciclo vital da família representa a co-evolução dos membros que compõem um sistema familiar, num contínuo caracterizado por várias mudanças: hábitos, atitudes, comportamentos e rituais (Alarcão, 2006; Imber-Black, 1995; Relvas, 1996).

Esta co-evolução constitui-se por exigências comunicacionais e funcionais inerentes ao exercício da parentalidade. Para melhor as compreendermos, partiremos de algumas das etapas do ciclo vital consideradas na classificação proposta por Relvas (1996), dado que foi estabelecida precisamente pelo parâmetro da parentalidade. Assim, atendendo ao nosso foco de interesse, seleccionámos as fases (Relvas, 1996): a) família com filhos pequenos, b) família com filhos na escola e c) família com filhos adolescentes (Ver Tabela II). Em cada uma destas fases, serão abordados os desafios específicos da parentalidade nomeadamente, ao nível do exercício da autoridade (Alarcão 2006; Herbert, 2004; Relvas, 1996; Tabora Simões et al., 2006), da promoção da socialização e individualização (Herbert, 2004; Relvas & Alarcão, 2002; Tabora Simões et al., 2006), do cuidado afectivo, associado à vinculação entre pais e filhos (Cummings & Cummings, 2002; Herbert, 2004; Tabora Simões et al., 2006) e, finalmente, na comunicação estabelecida (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Watzlawick et al., 1993), dimensão que assume um carácter transversal relativamente às anteriores tarefas.

Tabela II
Quadro-síntese integrador das funções parentais segundo a etapa do ciclo vital
(baseado: Alarcão 2006; Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996)

Exigências/Desafios colocados à Parentalidade	Etapas do Ciclo Vital (Parentalidade)		
	FAMÍLIA COM FILHOS PEQUENOS	FAMÍLIA COM FILHOS NA ESCOLA	FAMÍLIA COM FILHOS ADOLESCENTES
Exercício da Autoridade	<ul style="list-style-type: none"> - Adoptam-se novas responsabilidades, sobretudo de cariz educativo; - Necessidade de definir claras fronteiras entre os subsistemas, as famílias de origem e a comunidade; - Os avós assumem um papel importante no exercício da autoridade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Choque entre as regras intra-familiares e as regras extra-familiares; - Criança funciona enquanto veículo de interacções entre a família e a escola (<i>Go-Between</i>) – Conflito de lealdades (?). 	<ul style="list-style-type: none"> - Processa-se através de exigências parentais, geralmente, contraditórias que poderá facilitar a um relacionamento conflituoso; - Abrandamento progressivo do controlo exercido sobre os filhos.
Promoção da Socialização	<ul style="list-style-type: none"> - Progressiva abertura ao exterior; - A comunidade tende a apoiar o exercício das novas funções parentais (infantário, creche). 	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura do sistema familiar ao mundo extra-familiar; - Importância dos pares para o contacto com realidades diferentes às presentes no contexto familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alargamento dos espaços individuais no seio familiar (aquisições das identidades individuais); - Promoção da emancipação dos adolescentes no sentido de assumirem papéis adultos de carácter social, relacional, afectivo e laboral; - Confronto com um paralelismo contraditório: necessidade de dependência e independência; - Pretender-se-á um aumento correlativo da flexibilidade das normas familiares face à crescente independência.
Cuidado Afectivo	<ul style="list-style-type: none"> - Surge mesmo antes do nascimento da criança, no campo do imaginário, alimentado pela expectativa (Herbert, 2004); - A afectividade conjugal passa a ser triangulada com o novo elemento; - Os avós voltam a assumir um papel fulcral nesta dimensão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Esta função afectiva sobressai, efectivamente, mais ao nível familiar do que escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Este cuidado poderá ser manifestado através da compreensão e atenção a temáticas consideradas sérias para os adolescentes (e. g., namoro, gostos musicais, ...); - O conflito enquanto expressão afectiva; - O grupo de pares passa a assumir grande importância na prestação deste cuidado.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - A transmissão de regras comunicacionais varia consoante o modelo parental assumido. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade projectiva das regras intra-familiares de comunicação para outros subsistemas (pares, escola); - A criança assume a regulação da comunicação entre a família e a escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissonância comunicativa ao nível da comunicação digital e analógica; - Tendência para integrar um registo de escalada simétrica entre pais e filhos.

Família com Filhos Pequenos

A classificação proposta por Relvas (1996) toma como etapa inicial do ciclo vital a “formação do casal”. Trata-se de uma fase romântica caracterizada pela descoberta e vivência da conjugalidade, a partir da qual se constrói o núcleo de uma nova organização familiar (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Este período representa o

ponto de partida para o surgimento do desejo de prosseguir para a parentalidade, conduzindo à etapa “família com filhos pequenos” (Relvas, 1996).

O nascimento de um filho acarreta, não só, o surgimento de dois novos subsistemas, parental e filial, “mas, também, de novas funções, novas tarefas e de um conjunto de reorganizações relacionais, intra e inter-familiares” (Alarcão, 2006, p.131). A literatura parece reunir unanimidade quanto ao pressuposto de que o nascimento do primeiro filho marca um período de mudança significativa, caracterizando uma crise no desenvolvimento familiar (e.g., Abdo & Fischer, 2003; Alarcão, 2006; Bem & Wagner, 2006; Bradt, 1995; Demick, 2002; Gordon & Feldman, 2008; Herbert, 2004; Relvas, 1996).

Como podemos ver na tabela II, ao nível do exercício da autoridade, algumas das preocupações parentais estão relacionadas com o sentir-se capacitado para educar e permitir um bom desenvolvimento à criança. O foco de preocupação tende a estar associado à capacidade para impor limites e fronteiras claras entre os subsistemas que começam a emergir (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Do ponto de vista da promoção da socialização, alguns autores consideram que, para além do sistema familiar, as instituições comunitárias funcionam como importante reforço para a projecção social da nova estrutura familiar (Epstein & Sandres, 2002). Por sua vez, a dimensão afectiva parece ser uma área cientificamente muito explorada, no sentido de: a) compreender a dificuldade que algumas famílias sentem na triangulação da afectividade conjugal para a afectividade parental (Carter & McGoldrick, 1995; Menezes & Lopes, 2007); b) explorar o contributo de Bowlby (teoria da vinculação) promovendo o desenvolvimento de algumas investigações associadas ao cuidado afectivo parento-filial (Bretherton, 1992); e c) explorar os efeitos negativos que algumas situações stressantes podem exercer sobre o cuidado afectivo parental, como por exemplo, um contexto sócio-económico desfavorável (Bem & Wagner, 2006; Puckering, 2004) ou o nascimento de um filho com diagnóstico de deficiência (Abdo & Fischer, 2003; Góngora, 2004; Streisand & Tercyak, 2004).

A comunicação, dimensão transversal às anteriores tarefas, centra-se na transmissão de regras/valores morais e sociais por parte dos pais aos filhos. Para tal processo, a família de origem e os seus modelos parentais assumem um papel relevante (Relvas, 1996). A dimensão comunicacional, quando funcional, assume também um papel central na mediação entre as funções internas (sentimento de pertença) e as funções externas do sistema familiar (socialização) (Relvas & Alarcão, 2002). Esta

gestão da comunicação tem reflexo no surgimento do que poderão ser as famílias desmembradas (caracterizadas por movimentos centrífugos rígidos) e as famílias emaranhadas (caracterizadas por movimentos centrípetos rígidos) (Relvas & Alarcão, 2002). Winter, Davies, Meyer e Hightower (2006) constataram que as representações que as crianças têm sobre a família dependem da qualidade comunicacional com os progenitores, isto é, quando a comunicação enfatiza a família enquanto contexto securizante, as representações tornam-se também seguras.

Família com Filhos em Idade Escolar

A entrada dos filhos na escola assinala um ponto de viragem importante para a família nuclear de uma forma directa e para a família alargada e comunidade de forma indirecta (Relvas, 1996). De um momento para outro, o sistema familiar vê-se confrontado com uma diferente realidade que precipita a autonomização dos filhos (Alarcão 2006; Demick, 2002; Herbert, 2004; Relvas, 1996).

O exercício da autoridade passa a ser partilhado com o contexto escolar e a promoção da socialização acontece de forma quase acidental, já que se trata de um acontecimento inerente à entrada dos filhos na escola. Fora do contexto familiar, os pares influenciam e contribuem para a formação das crianças colocando à prova a imagem que a família promove ao exterior (Alarcão, 2006; Ladd & Pettit, 2002; Lima, 1999; Relvas, 1996). O contacto com novos amigos conduz a um progressivo afastamento físico facilitando um distanciamento emocional que promoverá o processo de autonomia (Relvas, 1996). O cuidado afectivo continua a ser essencialmente prestado no contexto familiar (Relvas, 1996), embora a triangulação com o sistema escolar seja inevitável (Alarcão, 2006).

A dimensão comunicacional está, nesta etapa, muito associada às discrepâncias entre o sistema escolar e familiar (Epstein & Sanders, 2002). A criança assume, metaforicamente, a função de “pombo-correio”, sendo através dela que as mensagens circulam entre os sistemas e, desta forma, é marcada a entrada das crianças no mundo dos adultos (Herbert, 2004; Relvas, 1996). Vários estudos centram a sua análise na comunicação, ao nível da parentalidade, constatando-se que: por vezes, a comunicação parento-filial não é tão frequente quanto o desejável na percepção dos filhos (Cia, Pamplin & Del Prette, 2006); os pais parecem comunicar de forma mais aberta com as filhas do que com os filhos (McNaughton, 2000); a comunicação suportada na

desqualificação parece estar na base da dificuldade do desenvolvimento da competência social, em crianças em idade escolar (Wichstrom et al., 1994).

Família com Filhos Adolescentes

A descrição da adolescência é geralmente feita em termos exagerados e extremos, envolta numa série de mitos (Alarcão, 2006; Herbert, 2004; Relvas, 1996), tanto pelas famílias, como pela sociedade ocidental em geral. Alguns autores referem que este período constitui “um campo psicológico privilegiado para o estudo da mudança” (Doron & Parot, 2001, p.32), perspectiva com a qual concordamos, uma vez que durante a adolescência tudo parece acontecer de forma rápida e ilógica, mas também onde tudo se pode (re)construir.

As dinâmicas familiares são um dos alvos de mudança e transformação, processando-se de forma mais ou menos conflituosa (Relvas, 1996), onde a flexibilidade tem um papel chave na superação dos desafios que as famílias encontram nesta fase (Preto, 1995).

Muito centrada nas relações estabelecidas entre pais e adolescentes, encontramos regularmente referências à relação entre a dimensão comunicacional e o exercício da autoridade (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996). Eckstein (2004) estudou a violência filio-parental, concluindo que os filhos tendem a perceber a postura comunicacional dos pais como sendo desafiante, principiando uma interação negativa. Este estudo, tal como outros (Harakeh, Scholte, Vries & Engels, 2005; Otten, Harakeh, Vermulst, Van de Eijnden & Engels, 2007; Patock-Peckham & Morgan-Lopez, 2006, 2007), vem corroborar a necessidade de estabelecer limites e fronteiras claras entre os subsistemas filial e parental, especialmente em circunstâncias de conflito eminente (Relvas, 1996). Por outro lado, Ochoa, Lopez e Emler (2008) constataram que um auto-conceito familiar positivo depende do nível de abertura comunicacional entre o adolescente e as figuras parentais, à semelhança da conclusão retirada pelo estudo de Jackson et al. (1998), indicando que quando a comunicação é aberta/livre de problemas os jovens experimentam sentimentos positivos e menor conflitualidade. Efectivamente, a comunicação parento-filial parece assumir um papel de grande relevância a longo prazo, enquadrando alguns comportamentos problemáticos (Relvas, 1996) e facilitando, por vezes, o desenvolvimento de psicopatologias (Alarcão, 2006; Watzlawick et al., 1993). A investigação longitudinal efectuada por Overbeek, Vermulst, Ha, Engels e Stattin (2007) reforça os efeitos negativos de uma comunicação de baixa qualidade,

entre o adolescente e a figura parental, no desenvolvimento sócio-emocional na idade adulta. Outros estudos (Barnes & Olson, 1985; Jackson et al., 1998; Lanz, Iafate, Rosnati & Scabini, 1999) demonstram ainda que a comunicação do adolescente é preferencialmente mantida com o progenitor do sexo feminino e, geralmente, as figuras parentais tendem a perceber uma boa comunicação com os filhos contrariamente ao que é percebido por estes (Heiman, Zinck & Heath, 2008).

A adolescência parece funcionar enquanto estágio pináculo da tarefa familiar de equilíbrio entre a socialização e a promoção da individualização. O(s) grupo(s) de par(es) são fulcrais na resolução desta tarefa uma vez que são constituídos por semelhantes, favorecendo a identificação e descentralização emocional/relacional do adolescente com o sistema familiar (Alarcão, 2006; Wills, Murry, Brody, Gibbons & Gerrard, 2003). Além disto, as amigas podem também assumir o papel de cuidadores afectivos, sobretudo pelo facto de gerirem as tensões emocionais que surgem no contexto familiar (Alarcão, 2006).

Constatamos que a temática da comunicação parento-filial tem sido alvo de constante investigação e reflexão na comunidade científica. Ainda assim, a literatura demonstra alguma fragilidade no que toca ao estudo da comunicação em etapas do ciclo vital que não apenas na adolescência. Talvez pela curiosidade que a etapa “família com filhos adolescentes” (Relvas, 1996) suscita ou pela lacuna no âmbito da avaliação, o estudo da comunicação parento-filial nas fases iniciais da parentalidade (filhos pequenos; filhos na escola) parece tratar-se de um campo vasto por explorar.

Entraremos, de seguida, na reflexão sobre o papel da comunicação na gestão das dificuldades, por vezes acidentais, com as quais as famílias se deparam ao longo do ciclo vital.

Desafios colocados à(s) Parentalidade(s): importância da comunicação

A parentalidade está, actualmente, envolta numa discussão premente, particularmente naquilo que são as situações especiais que poderão dificultar o exercício da parentalidade: falamos de parentalidades de risco ou de parentalidades multidesafiadas?

Parece-nos que as conceptualizações referidas não são mais do que duas faces da mesma moeda: podemos considerá-la sob a forma de **risco** quando se assume que certas

constituições familiares e/ou sociais e características parentais podem prejudicar o exercício da parentalidade; por outro lado, podemos pensá-la como desafiada, por estar constantemente em presença de **desafios múltiplos**.

Alguns autores fazem referência às novas formas de família como tratando-se de constituições familiares que, devido à sua (re)estruturação, são mais vulneráveis às dificuldades inerentes ao ciclo vital e às condições sociais envolventes (Alarcão, 2006; Relvas & Alarcão, 2002). Desta forma, numa tentativa de compreensão do que poderão ser as singularidades e os desafios colocados à parentalidade ao nível da comunicação, analisaremos algumas das novas formas de família (Alarcão, 2006) e reflectiremos sobre situações especiais, reguladas judicialmente, que poderão colocar em causa a qualidade do exercício da parentalidade.

Famílias Pós-divórcio, Monoparentalidade, Reconstituição Familiar e Famílias Adoptivas

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (2007) indicam um aumento significativo do número de casamentos dissolvidos por divórcio nos últimos quinze anos em Portugal. Existe alguma ambiguidade quanto ao que poderá ser a definição da estruturação familiar após a ocorrência de um divórcio. Alguns autores tomam as famílias pós-divórcio como verdadeiras organizações familiares (Brown, 1995); outros consideram-nas como estando num estágio transitório que culminará em diversos e possíveis tipos de constituições familiares: monoparental e/ou reconstituída (e.g., Alarcão, 2006; Brown, 1995; Cloutier, Fillion & Timmermans, 2006; Peck & Manocherian, 1995; Relvas & Alarcão, 2002;).

O **divórcio** representa uma crise acidental que ocorre num dado momento do ciclo vital da família (Peck & Manocherian, 1995). Partindo do princípio de que as crises facilitam o processo de transformação e transição, este acontecimento deverá funcionar como oportunidade de readaptação (Hoffman, 1995; Peck & Manocherian, 1995), porém, se esta crise não for bem processada, o sistema entrará num bloqueio, dificultando a reorganização pós-divórcio (Brown, 1995; Peck & Manocherian, 1995; Relvas & Alarcão, 2002).

A comunicação parental é indicada como uma das dimensões mais afectadas durante este processo (Cloutier et al., 2006), tal como é constatado pela investigação: a longo prazo, a deterioração na relação parento-filial pode facilitar o distanciamento e/ou estabelecimento de relações de conflito suportadas numa comunicação ineficaz (Ahrons,

2007); e filhos de famílias nucleares intactas estabelecem uma melhor comunicação parental do que os filhos de pais divorciados (Lanz et al., 1999).

As **famílias monoparentais** caracterizam-se pela existência de um único progenitor que assume a maior parte dos papéis parentais (Alarcão, 2006; Cloutier et al., 2006). Os resultados de alguns estudos indicam que o exercício da parentalidade por apenas um dos pais constitui um factor de risco, devido à presença de múltiplos factores *stressores* (Grass-Sternas, 1995) e à aplicação de estratégias de *coping* pouco adaptativas (Avison, Ali & Walters, 2007). No entanto, outras investigações contrariam os resultados referidos, verificando que a monoparentalidade vai sendo aprendida e melhorada ao longo do tempo (Richards & Schmiede, 1993) e constatando que a manutenção de uma comunicação regular dos filhos com os pais não residentes promove uma maior competência parental por parte das mães (Jackson & Scheines, 2005).

As **famílias reconstituídas** podem ou não surgir numa etapa posterior à monoparentalidade (Alarcão, 2006; Cloutier et al., 2006). Alarcão (2006) define esta nova configuração pelo facto de “existirem pessoas que, num passado mais ou menos próximo, tiveram outras famílias, (...) agora reunidas neste novo sistema” (p.206), tornando-o uma organização sistémica bastante complexa. Apesar de algumas investigações não identificarem diferenças significativas ao nível do envolvimento parental com as crianças entre padrastos e pais biológicos (Adamsons, O’Brien & Pasley, 2007), outras indicam que o envolvimento relacional do padrasto depende da percepção que este tem sobre o ajustamento emocional do enteado, quando este é adolescente (Flouri, 2004). Thomson, Mosley, Hanson e McLanahan (2001) estudaram as alterações no comportamento materno aquando de um recasamento concluindo que tanto os filhos como as mães percebem as práticas educativas como sendo menos severas, e as crianças percebem, também, o estabelecimento de uma comunicação mais ajustada com a mãe.

Uma outra constelação familiar obviamente relevante na dimensão parental é a **família adoptiva** (Alarcão, 2006; Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). Estas caracterizam-se pelo acolhimento de crianças ou adolescentes cujo vínculo é exclusivamente afectivo e legal (Alarcão, 2006). No estudo levado a cabo por Rueter, Keyes, Iacono e McGue (2009) conclui-se que, tanto os pais como os filhos adolescentes, percebem as interações familiares de modo mais conflituoso nas famílias adoptivas comparativamente com as famílias biológicas. No entanto, a

investigação apresenta alguma incongruência quanto à corroboração destes resultados: Lanz et al. (1999) concluíram que as crianças adoptadas parecem ter melhor relação com os seus pais, estabelecendo uma comunicação mais ajustada comparativamente com os seus pares (filhos de famílias nucleares intactas e filhos de famílias divorciadas). Particularmente nas famílias adoptivas, a dimensão comunicacional assume um papel central no esclarecimento de mitos e receios. Uma comunicação clara e aberta tende a estar associada à superação dos medos de abandono, característicos tanto dos pais como dos filhos (Carter & McGoldrick, 1995). Além disto, uma comunicação problemática pode relacionar-se com a dificuldade parental na imposição de regras e limites, tomando como justificação a história traumática das crianças prévia à entrada na família adoptiva (Relvas & Alarcão, 2002).

Famílias com dimensão negligente/abusiva

Paralelamente aos desafios de cariz estrutural com os quais a família se pode ou não defrontar ao longo do ciclo vital (Alarcão, 2006), poderão surgir dificuldades específicas na parentalidade, que envolvam o contexto judicial (Fonseca, 2006), dadas as implicações graves que poderão ter na qualidade de vida das crianças: referimo-nos às situações de negligência e/ou abuso por parte dos pais.

A **negligência** implica uma falha multidimensional nas respostas às necessidades das crianças, sendo uma forma passiva de violência (Alberto, 2006). A investigação indica que algumas dimensões psicológicas podem marcar a diferença entre pais negligentes e pais não-negligentes, designadamente, os níveis de assertividade, positividade e envolvimento nas interações com os filhos (Wilsona, Racka, Shib, & Norris, 2008).

O **abuso** pode ser exercido de várias formas: o abuso físico, o abuso psicológico, o abuso sexual, a exploração do trabalho infantil, entre outros. Esta interacção abusiva integra-se frequentemente numa dimensão disciplinar e educativa e na afirmação do poder e do exercício duma autoridade extrema dos pais/mães em relação aos seus filhos (Alberto, 2006).

O abuso e a negligência representam posturas relacionais que implicam distorções na dimensão comunicacional, marcadas pela paradoxalidade e confusão/rigidificação de papéis (Alberto, 2008). As fugas ao compromisso comunicacional propostas na tabela I enquadram alguns dos fenómenos que ocorrem nas famílias negligentes/abusivas. A rejeição da comunicação e a desconfirmação, por

exemplo, são características comuns nas famílias negligentes, provocando sentimentos de inutilidade e rejeição nas crianças. A desqualificação, por sua vez, é mais característica dos abusos, conduzindo à sua perpetuação. A expressão abusiva, seja em que dimensão for, traduz uma confusão entre o conteúdo e a relação, ou seja, a relação de poder parento-filial é discutida em termos abusivos. Finalmente, a complementaridade rígida parece explicar o abuso no seu extremo através, por exemplo, da exploração do trabalho infantil.

A superação das dificuldades, por vezes acidentais, com as quais as famílias se defrontam ao longo do ciclo vital depende, em larga medida, das competências e recursos familiares disponíveis. A comunicação parento-filial é um recurso de grande importância que parece ajudar a moldar a (re)adaptação familiar em situações de crise, como as descritas.

Conclusão

Os contextos, as pessoas, as vivências e as provocações que se vão colocando às famílias ao longo da vida contribuem para uma melhor compreensão daquilo em que cada uma se transforma. Compreendemos assim que os efeitos da comunicação sobre o exercício da parentalidade devam ser analisados à luz das singularidades e dos desafios colocados a cada família. Muito se tem escrito, pensado e estudado sobre a relação multidimensional estabelecida entre o exercício da parentalidade e os efeitos da comunicação. A literatura e a investigação têm corroborado a importância desta associação na relação entre o subsistema parental e o subsistema filial. Os princípios propostos pelo modelo da pragmática da comunicação humana (Watzlawick et al., 1993) e as distorções comunicacionais a eles associados facilitam a compreensão, e até explicação, de relações parento-filiais edificadas e suportadas pela conflituosidade. Por outro lado, o ciclo vital da família esclarece-nos sobre as tarefas e exigências funcionais e comunicacionais colocadas às famílias ao longo da sua evolução e maturação.

As implicações desta revisão teórica vão no sentido de realçar a importância de se avaliar a qualidade da comunicação no exercício da parentalidade, seja em situações regulares ou em situações singulares. De facto, as possibilidades e caminhos de investigação parecem não se esgotar, embora nos pareça relevante o foco da avaliação da comunicação sobre dois pontos: explorar a comunicação parental em etapas do ciclo vital pouco estudadas como são, por exemplo, as fases “família com filhos pequenos” e

“família com filhos em idade escolar” (Relvas, 1996); e contexto forense, nomeadamente na regulação das responsabilidades parentais em situações de divórcio, na adoção ou no maltrato infantil.

Se a comunicação medeia o exercício da parentalidade e define a sua qualidade, é então fundamental que se constitua como tema central na avaliação da relação pais-filhos, não apenas com uma função “diagnóstica”, mas igualmente como motor de promoção de mudança com vista a uma configuração familiar mais adequada e positiva.

Bibliografia

- Abdo, A., & Fischer, J. M. (2003). Factors relevant to parental alliance for parents of children with disabilities. *Journal of Applied Rehabilitation Counseling, 34*(3), 10-15.
- Adamsons, K., O'Brien, M., & Pasley, K. (2007). An ecological approach to father involvement in biological and stepfather families. *Fathering, 5*, 129-247.
- Adorno, T. W. (2001). *Minima Moralia*. Lisboa: Edições 70.
- Ahrons, C. R. (2007). Family ties after divorce: long-term implications for children. *Family Process, 46*(1), 53-65.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares* (3ª ed). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. M. M. (2006). *Maltrato e Trauma na Infância* (2ª ed). Coimbra: Almedina.
- Alberto, I. (2008). Maltrato Infantil: Entre um destino e uma história. In Matos, A. e tal (cood.). *A Maldade Humana*. Coimbra: Almedina
- Andolfi, M. (1981). *A Terapia Familiar*. Lisboa: Veja.
- Ausloos, G. (2003). *A Competência das Famílias. Tempo, Caos, Processo*. (2ªed). Lisboa: Climepsi.
- Avison, W. R., Ali, J., Walters, D. (2007). Family structure, stress, and psychological distress: a demonstration of a impact of differential exposure. *Journal of Health and Social Behavior, 48*(3), 301-317.
- Barker, L. L. (1987). *Communication*. (4th ed). New Jersey: Prentice-Hall.
- Barnes, L. H., & Olson, D. H. (1985). Parent-adolescent communication and the circumplex model. *Child Development, 56*, 438-447.
- Baumrind, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development, 108*, 61-69.
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo, 11*(1), 63-71.
- Bornstein, M. H. (2002). Preface. In Bornstein, M. H. (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bradt, J. O. (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In Carter, B., McGolgrick, M. & cols. (1995). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Development Psychology, 28*, 759-775.

- Brown, F. H. (1995). A Família Pós-divórcio. In Carter, B., McGolgrick, M. & Cols. (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para a terapia familiar*. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar. In Carter, B., McGolgrick, M. & cols. (1995). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cia, F., Pamplin, R. C. O., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia*, 16(35), 395-406.
- Cloutier, R., Filion, L., & Timmermans, H. (2006). *Quando os Pais se Separam... Para melhor lidar com a crise e ajudar a criança*. Lisboa: Climepsi.
- Cummings E. M., & Cummings, J. S. (2002). Parenting and Attachment. In Bornstein, M. H. (2002) *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Davalos, D. B., Chavez, E. L., & Guardiola, R. J. (2005). Effects of perceived parental school support and family communication on delinquent behaviors in latinos and white non-latinos. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 11(1), 57-68.
- Demick, J. (2002). Stages of Parental Development. In Bornstein, M. H. (2002) *Handbook of Parenting. Volume 3*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dix, T. (1991). The affective organization of Parenting: Adaptative an Maladaptative Process. *Psychological Bulletin*, 110(1), 3-25.
- Doron, R., Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Eckstein, N. J. (2004). Emergent issues in families experiencing adolescent-to-parent abuse. *Western Journal of Communication*, 68(4), 365-388.
- Epstein, J. L., & Sanders, M. G. (2002). Family, School, and Community Partnerships. In Bornstein, M. H. (2002) *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fiske, J. (2005). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. (9ª ed.). Lisboa: ASA Editores. (1ª edição em 1993).

- Flouri, E. (2004). Correlates of parents' involvement with their adolescent children in restructured and biological two-parent families: the role of child characteristics. *International Journal of Behavioral Development, 28*(2), 148-156.
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: uma breve introdução. In Fonseca, A. C., Simões, M. R., Taborda Simões, M. C., & Pinho, M. S. (2006). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a Psiquiatria*. Porto: Afrontamento.
- Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus...* Porto: Edições Afrontamento.
- Góngora, J. N. (2004). *Enfermedad y Familia. Manual de Intervención Psicosocial*. Barcelona: Paidós.
- Gordon, I. G., & Feldman R. (2008). *Family Process, 47*(4), 465-479.
- Grass-Sternas, K. A. (1995). Single Parent Widows: stressors, appraisal, coping, resources, grieving responses and health. *Marriage & Family Review, 20*(3-4), 411-445.
- Harakeh, Z., Scholte, R. H. J., Vries, H., & Engels, R. (2005). Parental rules and communication: their association with adolescent smoking. *Addiction, 100*, 862-870.
- Heiman, T., Zinck, L. C., & Heath, N. L. (2008). Parents and youth with learning disabilities. Perceptions of relationships and communication. *Journal of Learning Disabilities, 41*(6), 524-534.
- Herbert, M. (2004). Parenting Across the Lifespan. In Hoghughi, M., & Long, N. (2004). *Handbook of Parenting. Theory and Research for Practice*. London: Sage Publications.
- Hoffman, L. (1995). O ciclo de vida familiar e a mudança descontínua. In B. Carter, M. McGoldrick & Cols., *As mudanças no ciclo de vida familiar. Uma estrutura para a terapia familiar* (84-96). Porto Alegre, Artes Médicas. Edição original 1989.
- Hoffman, L. H., Glynn, C. F., Huges, M. E., Sietman, R. B., & Thomson, T. (2007). The role of communication in public opinion process: understanding the impacts of interpersonal, media, and social filters. *International Journal of Public Opinion Research, 19*(3), 287-312.
- Imber-Black, E. (1995). Transições idiossincráticas de ciclo de vida e rituais terapêuticos. In Carter, B., McGolgrick, M. & cols. (1995). *As Mudanças no Ciclo*

de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar. (2ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.

Instituto Nacional de Estatística (ed.) (2007). *Estatísticas Demográficas 2007*.

Jackson, A. P., & Scheines, R. (2005). Single mothers' self-efficacy, parenting in the home environment, and children's development in a two-wave study. *Social Work Research, 29*(1), 7-20.

Jackson, S., Bijstra, J., Oostra, L., & Bosma, H. (1998). Adolescents' perception of communication with parents relative to specific aspects of relationship with parents and personal development. *Journal of Adolescence, 21*, 305-322.

Ladd, G. W., & Pettit, G. S. (2002). Parenting and the Development of Children's Peer Relationships. In Bornstein, M. H. (2002) *Handbook of Parenting. Volume 3.* (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Lanz, M., Iafrate, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and adolescent self-esteem in separated, intercountry adoptive and intact non adoptive families. *Journal of Adolescence, 22*, 785-794.

Lewis, J. M., Rodnick, E. H., & Goldstein, M. J. (1981). Intrafamilial interactive behaviour, parental communication, deviance, and risk for schizophrenia. *Journal of Abnormal Psychology, 90*(5), 448-457.

Levy-Shiff, R., Goldsmidt, L., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology, 27*(1), 131-140.

Lima, A. O. (1999). O papel da família no ajustamento social e psicológico da criança. *Revista Simposium, 3*, 48-50.

McNaughton, J. (2000). Gender differences in parent-child communication patterns. *Journal of Undergraduate Research, 3*, 25-32.

Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF, 12*(1), 83-93.

Ochoa, G. M., Lopez, E. E., & Emler, N. P. (2008). Adjustment problems in the family and school contexts, attitude towards authority, and violent behaviour at school in adolescence. *Family Therapy, 35*(2), 93-108.

Otten, R., Harakeh, Z., Vermulst, A. A., Van de Eijnden, R., & Engels, R. (2007). Frequency of quality of parental communication as antecedents of adolescent smoking cognitions and smoking onset. *Psychology of Addictive Behaviors, 21*(1), 1-12.

- Overbeek, G., Vermulst, A., Ha, T., Engels, R. C. M. E., & Stattin, H. (2007). Parent-child relationships, partner relationships, and emotional adjustment: a birth-to-maturity prospective study. *Developmental Psychology, 43*(2), 429-437.
- Park, R. D. (2002). Fathers and Families. In Bornstein, M. H. (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Patock-Peckham, J. & Morgan-Lopez, A. (2006). College drinking behaviors: meditational links between parenting styles, impulse control, and alcohol-related outcomes. *Psychology of Addictive Behaviors, 20*(2), 117-125.
- Patock-Peckham, J. & Morgan-Lopez, A. (2007). College drinking behaviors: meditational links between parenting styles, parental bonds, depression and alcohol problems. *Psychology of Addictive Behaviors, 21*(3), 297-306.
- Peck, J. S. & Manocherian, J. R. (1995). O Divórcio nas Mudanças do Ciclo de Vida Familiar. In Carter, B., McGolgrick, M. & Cols. (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para a terapia familiar*. (2^a ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Preto, N. G. (1995). Transformações do sistema familiar na adolescência. In Carter, B., McGolgrick, M. & cols. (1995). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. (2^a ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Puckering, C. (2004). Parenting in Social and Economic Adversity. In Hoghughi, M., & Long, N. (2004). *Handbook of Parenting. Theory and Research for Practice*. London: Sage Publications.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Relvas, A. P. (1999). *Conversas com Famílias: Discursos e Perspectivas em Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Rueter, M. A., Keyes, M. A., Iacono, W. G., & McGue, M. (2009). Family interactions in adoptive compared to nonadoptive families. *Journal of Family Psychology, 23*(1), 58-66.
- Richards, L. N., & Schmiede, C. J. (1993). Problems and strengths of single-parent families. Implications for practice and policy. *Family Relations, 42*(3), 277-285.
- Streisand, R., & Tercyak, K. P. (2004). Parenting Chronically Ill Children – The Scope and Impact of Pediatric Parenting Stress. In Hoghughi, M., & Long, N. (2004).

- Handbook of Parenting. Theory and Research for Practice.* London: Sage Publications.
- Stivers, C. (1988). Parent-adolescent communication and its relationship to adolescent depression and suicide proneness. *Adolescence*, 23, 291-295.
- Taborda Simões, M. C. T., Martins, R. C., & Formosinho, M. D. (2006). Regulação do exercício do poder paternal: aspectos jurídicos e avaliação psicológica. In Fonseca, A. C., Simões, M. R., Taborda Simões, M. C., & Pinho, M. S. (2006). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Thomson, E., Mosley, J., Hanson, T. L., & McLanahan, S. F. (2001). Remarriage, cohabitation, and changes in mothering behavior. *Journal of Marriage and Family*, 63, 370-380.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana. Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação*. (9ª ed.). São Paulo: Editora Cultrix.
- Wichstrom, L., Holte, A., Husby, R., & Wynne, L. C. (1994). Disqualifying family communication as a predictor of changes in offspring competence: a 3-year longitudinal study of sons of psychiatric patients. *Journal of Family*, 8(1), 104-108.
- Wills, T. A., Murry, V. M., Brody, G. H., Gibbons, F. X., & Gerrard, M. (2003). Family communication and religiosity relate to substance use and sexual behavior in early adolescence: a test for pathways through self-control and prototype perceptions. *Psychology of Addictive Behaviors*, 17(4), 312-323.
- Wilsona, S. R., Racka, J. J., Shib, X., & Norris, A. (2008). Comparing physically abusive neglectful, and non-maltreating parents during interactions with their children: a meta-analysis of observational studies. *Child Abuse & Neglect*, 32, 897-911.
- Winter, M. A., Davies, P. T., Highower, A. D., & Meyer, S. C. (2006). Relations among family discord, caregiver communication, and children's family representations. *Journal of Family Psychology*, 20(2), 348-351.